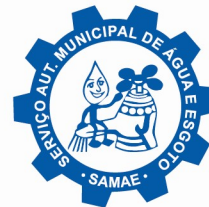


PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

PREÂMBULO

O **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPOS NOVOS - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. **83.158.105/0001-09**, com sede na Rua Caetano Carlos, 466, Centro, cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, representado neste ato pelo(a) Diretor, Alexandre José Biolchi, no uso de suas atribuições, conforme delegação de competência estabelecida no Decreto 8514/20, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do **Tipo Menor Preço por Lote, LOTE ÚNICO**, tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ENVASADORA AUTOMÁTICA ROTATIVA PARA COPOS, NOVA, DE PRIMEIRO USO, DESTINADA AO ENVASE DE ÁGUA POTÁVEL EM COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS DE 200 ML, ACOMPANHADA DE 01 (UMA) MESA ACUMULADORA ROTATIVA EM AÇO INOXIDÁVEL, FORMANDO CONJUNTO COMPLETO, INTEGRADO E COMPATÍVEL PARA OPERAÇÃO, INCLUINDO TODOS OS COMPONENTES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, FRETE ATÉ CAMPOS NOVOS/SC, CARGA E DESCARGA, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, REGULAGEM, STARTUP, TESTES DE FUNCIONAMENTO E PRODUTIVIDADE, TREINAMENTO PRESENCIAL, MANUAL E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EM LÍNGUA PORTUGUESA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE A GARANTIA, conforme especificações contidas no Termo de Referência (ANEXO II).**

O presente certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal 9.379/2023, Decreto Municipal nº 8090/2018 e demais legislações aplicáveis, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.



Recebimento das propostas: até às 07h30min do dia 28 de setembro de 2026.

Abertura da sessão pública: às 08h00min do dia 28 de setembro de 2026.

As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Referência de tempo: todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

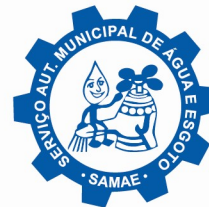
Os trabalhos serão conduzidos por agente de contratação designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: decisões para a condução da licitação, saneamento de vícios e prestação de informações, inclusive por meio de diligências à unidade solicitante da contratação; condução da sessão pública da licitação; recebimento, exame e decisão sobre impugnações e pedidos de esclarecimentos ao edital e anexos; exame de conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital; exame e julgamento das condições de habilitação; saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; negociação, quando for o caso, de condições mais vantajosas com o primeiro colocado; declaração do vencedor da licitação; coordenação dos trabalhos da equipe de apoio; encaminhamento do processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no sítio oficial <https://www.camposnovos.sc.gov.br>, no endereço eletrônico <https://www.samaecn.com.br/> e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. As empresas interessadas em participar deste certame, deverão estar atentas às informações disponibilizadas no site do **Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC** e no



Portal de Compras Públicas, a qualquer momento, em virtude de esclarecimentos, erratas ou outras informações relevantes acerca do processo licitatório em andamento.

Contato para informações	
Telefone:	(49) 3541-0844
E-mail:	compras@samaecn.com.br



1. DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ENVASADORA AUTOMÁTICA ROTATIVA PARA COPOS, NOVA, DE PRIMEIRO USO, DESTINADA AO ENVASE DE ÁGUA POTÁVEL EM COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS DE 200 ML, ACOMPANHADA DE 01 (UMA) MESA ACUMULADORA ROTATIVA EM AÇO INOXIDÁVEL, FORMANDO CONJUNTO COMPLETO, INTEGRADO E COMPATÍVEL PARA OPERAÇÃO, INCLUINDO TODOS OS COMPONENTES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, FRETE ATÉ CAMPOS NOVOS/SC, CARGA E DESCARGA, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, REGULAGEM, STARTUP, TESTES DE FUNCIONAMENTO E PRODUTIVIDADE, TREINAMENTO PRESENCIAL, MANUAL E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EM LÍNGUA PORTUGUESA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE A GARANTIA, conforme especificações contidas no Termo de Referência (ANEXO II) e demais elementos deste Edital.

2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO ORÇAMENTO

1.1. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE**

1.2. Modo de disputa: **ABERTO.**

1.3. Valor Estimado da Contratação: **R\$ 227.400,00 (duzentos e vinte e sete mil e quatrocentos reais).**

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes de futura contratação do objeto do presente certame correrão à conta de dotação específica da área requisitante no orçamento do exercício de 2026.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este edital até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, conforme art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.



- 3.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a administração.
- 3.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 3.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.6. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e orçamento estimado, para fins de resposta aos questionamentos apresentados.
- 3.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.8. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 3.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 3.10. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 3.10.1. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por



sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

4. CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO PROCESSO ELETRÔNICO

4.1. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

4.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

4.5. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de



acesso, ainda que por terceiros.

4.6. Os licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas junto ao cadastro no Portal Compras Públicas, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “CHAT” ou emitidas pelo sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar desta Licitação:

a. Empresa legalmente constituída no ramo de atividade do objeto, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos e que esteja devidamente credenciada no Portal de Compras Públicas, munida de chave de identificação e de senha.

5.2. Da participação das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

5.2.1. Nos itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), poderão participar exclusivamente Microempresas, Microempreendedores Individuais e Empresas de Pequeno Porte (art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006);

5.2.2. Para itens **exclusivos e com reserva de cota de exclusividade**, em conformidade com o disposto no art. 47 da Lei Complementar Federal n. 123/2006, c/c art. 9, II do Decreto Federal n. 8.538/2015, de 6 de outubro de 2015, as empresas que possuírem suas sedes administrativas localizadas na Micro Região da AMPLASC (Campos Novos, Abdon Batista, Brunópolis, Celso Ramos, Monte Carlo, Vargem e Zortéa), terão vantagem de 10% (dez por cento) sobre o melhor preço válido das demais concorrentes. A vantagem estabelecida neste certame visa propiciar o desenvolvimento econômico e social no âmbito regional, viabilizando a competição de ME's e EPP's com grandes empresas do segmento e ampliar a eficiência dos serviços públicos, atendendo ao princípio constitucional da economicidade, uma vez que para o ramo pertinente há várias empresas estabelecidas no território definido, assim agilizando por consequência a prestação dos serviços com maior rapidez e eficiência.

5.2.3. Será assegurado, em conformidade com os art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, direito de preferência aos licitantes que invocarem a condição de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), cujas propostas sejam iguais



ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.3. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, conforme Art. 16, da Lei Federal 14.133/21, poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

5.3.1. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo, conforme texto do Art. 3, inciso VI, da referida Lei.

5.4. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c. Que estejam sob falência ou em processo de dissolução ou liquidação;
- d. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- e. Empresas cujo quadro societário seja composto por servidor ou dirigente de órgão do Município de Campos Novos;
- f. Que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas –



CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência), conforme condições previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

g. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

h. Que se enquadrem em qualquer outra vedação prevista no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

i. Empresas reunidas em consórcio.

6. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

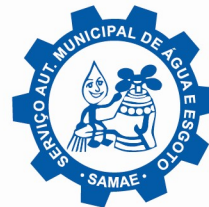
6.1. A obtenção de benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.2. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

6.2.1. CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL do estado sede da licitante, comprovando a condição de ME ou EPP, expedida em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data marcada para a abertura das propostas.

6.2.2. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de enquadramento e de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da LC 123/2006, conforme modelo do ANEXO VII e VIII.

6.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se



enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se às sanções previstas na Lei 14.133/2021.

6.4. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Campos Novos, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais.

7. DA REALIZAÇÃO DO CERTAME

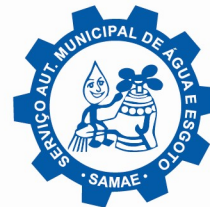
7.1. O Portal de Compras Públicas (<http://www.portaldecompraspublicas.com.br>) se destina a realização de todo procedimento licitatório eletrônico, junto ao qual as empresas licitantes deverão obter informações a respeito do funcionamento e regulamento do sistema, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização, podendo sanar eventuais dúvidas na central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br

7.2. A abertura da sessão pública deste certame eletrônico, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>

7.3. O encaminhamento da PROPOSTA e dos documentos pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiros sua PROPOSTA e seus lances.

7.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

7.5. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



7.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.7. No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema eletrônico.

7.8. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via Chat, em campo próprio do sistema eletrônico.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

8.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante mais bem classificado somente em momento posterior ao julgamento das propostas, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

8.3. O envio dos documentos de habilitação será exclusivamente por meio do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

8.4. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

8.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

8.6. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em



moeda corrente nacional;

b. Descrição detalhada do serviço cotado indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.6.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

8.6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

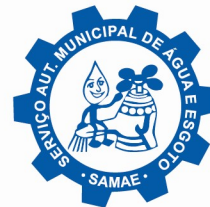
8.6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão.

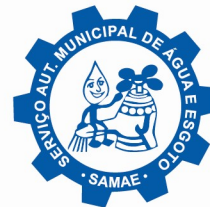
8.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações on-line, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

a. Declaração Conhecimento do edital: Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.

b. Declaração de proposta econômica: Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



- c. Declaração de Não Emprego de Menores: Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
 - d. Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante: Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
 - e. Declaração de Acessibilidade: Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
 - f. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente: Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
 - g. Declaração de Servidor Público: Declaramos sob as penas da lei e para fins de contratação com o(a) que não possuímos em nosso quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município de Campos Novos, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
 - h. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;
 - i. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 8.8. Outras declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de



preços e/ou com os documentos de habilitação.

8.9. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará a empresa licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.10. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.12. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Pregoeiro, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

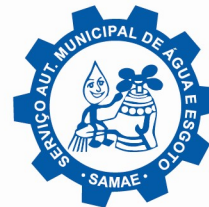
8.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.13.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Pregoeiro, para o seguinte endereço: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC - Setor de Compras, Rua Caetano Carlos, 466, Centro, Campos Novos/SC

8.13.2. A responsabilidade pelo envio dos documentos, via postagem, no prazo estabelecido, é da empresa interessada.

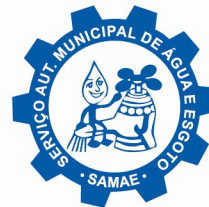
8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 9.1. A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico “chat”.
- 9.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 9.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 9.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item ou do lote, conforme o caso.
- 9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou com maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo



sistema;

9.9. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será fixado pelo Pregoeiro.

9.10. Havendo lances iguais ao melhor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

9.11. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO.

10.2. No modo de disputa ABERTO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

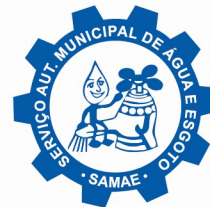
10.3. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da fase competitiva.

10.3.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.3.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

10.4. Encerrada a etapa competitiva sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos



estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

10.6. Após o reinício da disputa, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar valor menor, sendo que os lances iguais serão classificados conforme a ordem de classificação no sistema.

10.7. Encerrados os lances intermediários, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

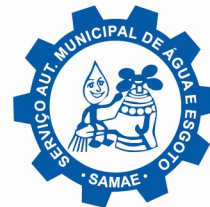
11. DO EMPATE

11.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 8090/2018, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

- a. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item anterior, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- b. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a

licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma dos itens seguintes;

- c. Não apresentada proposta na condição acima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para



que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.2.A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 8090/2018.

11.3.Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

11.4.O disposto nos subitens anteriores, somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.5.A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

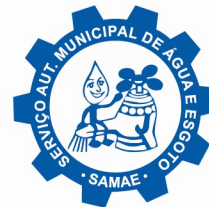
11.6.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade do Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. Empresas brasileiras;
- c. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.7.Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto definido para a



contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

12.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer inferior ao desconto definido pela Administração.

12.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

12.5. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13. DA FASE DE JULGAMENTO

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta nos cadastros pertinentes, quais sejam:

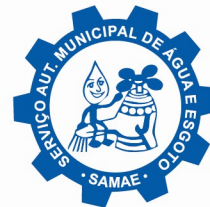
- a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- b. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)

13.1.1. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

13.1.2. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas)

horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.1.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação



fundamentada por escrito feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.1.4. O licitante que deixar de enviar a proposta readequada no prazo estabelecido, será desclassificado.

13.2. A proposta deve conter:

- a. Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- b. O preço unitário e total para cada serviço cotado, especificados no Termo de Referência, bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c. A descrição do produto/serviço cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo II deste Edital;
- d. Indicar a marca/fabricante e modelo do produto cotado, quando tratar-se de fornecimento de bens/materiais;
- e. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- f. Prazo de entrega do produto, conforme Termo de Referência, contados do recebimento da "Solicitação de Fornecimento".
- g. Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

13.3. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos e no prazo estabelecido ou o descumprimento das diligências determinadas pelo pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

13.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja

com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.



13.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

13.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

13.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios insanáveis;
- b. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c. Apresentar preço inexequível ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

13.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

13.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

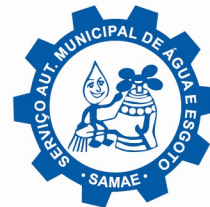
- a. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

13.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

13.11. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova

data e horário para a continuidade da mesma.

13.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou documentos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme



disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

13.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

13.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

13.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) e/ou documento pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

13.16. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

14. DA FASE DE HABILITAÇÃO

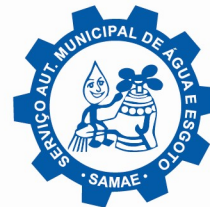
14.1. Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados, pelo licitante melhor classificado, posterior ao encerramento das fases de lances e envio de proposta readequada, após solicitação do(a) pregoeiro(a) via chat, até o prazo limite de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação.

14.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório e/ou por servidor público do Município de Campos Novos.

14.3. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão.

14.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via

correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



14.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

14.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006 ou no Decreto Municipal nº 8.090/2018, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.8. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

14.9. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência a legislação regente.

14.10. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

14.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

14.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:



a. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio de campo próprio do Sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

14.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.15. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

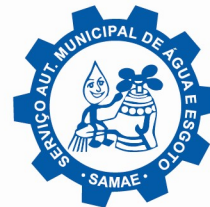
15. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

15.1. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

15.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a. Registro civil (no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da eleição da atual Diretoria), ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor e suas últimas alterações (devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual e sociedades empresariais e, em se tratando de sociedades por ações, acompanhadas de documentos que comprovem a eleição de seus administradores);

15.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;
- b. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c. Certidão Negativa de Débitos Estadual - do domicílio ou sede da Proponente;
- d. Certidão Negativa de Débitos Municipal - do domicílio ou sede da Proponente;
- e. Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

15.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a. Certidão Negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente, observando-se o prazo de validade constante na própria certidão.

Obs. 01: Nos casos em que não conste nas certidões o prazo de validade, serão admitidas aquelas com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para entrega das propostas da presente licitação.

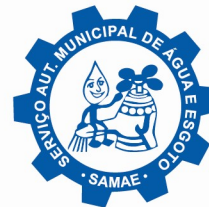
Obs. 02: Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;

15.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

15.1.4.1 Apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu, a qualquer tempo, produtos compatíveis em características e quantidades com os objetos licitados.

15.2. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

15.2.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº



123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

15.2.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

15.2.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.2.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

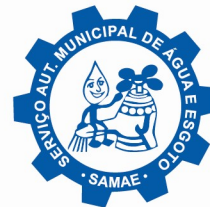
15.2.5. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.2.6. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

15.2.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado: Da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, (caso seja solicitado na qualificação financeira).

16. DOS RECURSOS

16.1. A licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para interpor recurso, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em conformidade com o que dispõe o art.



165, inc. I da Lei 14.133/2021, em face de:

- a. Julgamento das propostas;
- b. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

16.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente no encerramento da sessão pública de recebimento das propostas e documentos de habilitação em campos próprio do sistema, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, sob pena de preclusão;

16.3. A falta de manifestação imediata da licitante importará na preclusão desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

16.4. Diante da manifestação da intenção de recurso o pregoeiro não adentrará no mérito

recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.5. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente;

16.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, qual seja, 3 (três) dias úteis, e, terá início na data da divulgação do ato recorrido no Portal de Compras Públicas no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, em consonância com o preceito no §4º do art. 165 da Lei 14.133/2021;

16.7. Os recursos deverão ser protocolados EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR, acompanhada de documentos que comprovem a habilitação do subscritor para agir em nome da recorrente;

16.7.1. Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por meio diverso do estabelecido no edital.

16.8. Caso o pregoeiro decida pelo indeferimento do recurso, a questão será apreciada pela autoridade competente para homologar o resultado final, que poderá ratificar ou não a decisão do pregoeiro antes da adjudicação.

16.9. Se o pregoeiro não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias



úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.

16.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.11. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão baixados do Portal de Compras Públicas;

16.12. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

16.13. O recurso interposto em desacordo com as condições deste EDITAL e seus ANEXOS não serão conhecidos, inclusive se apresentados fora do prazo legal ou sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor recurso pelo licitante ou por meio diverso do que o disposto com como condição para conhecimento e apreciação;

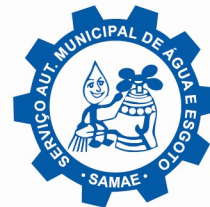
17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

17.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às



penalidades legalmente estabelecidas e multa de 5% (cinco por cento) do valor da sua proposta em favor do SAMAE.

17.4. Será facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

- I. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- II. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes

remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18. DO CONTRATO

18.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato.

18.2. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação.

18.2.1. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC.

18.2.2. Os documentos exigidos previamente à contratação, deverão ser entregues



até o prazo estipulado para assinatura do contrato, sob pena de desclassificação.

18.3. Alternativamente à convocação para a assinatura do contrato, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.3.1. Será aceita assinatura digital conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira– ICP-Brasil.

18.4. A recusa injustificada do licitante vencedor em entregar dos documentos exigidos como condição para contratação e em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

18.5. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante vencedor.

18.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração poderá:

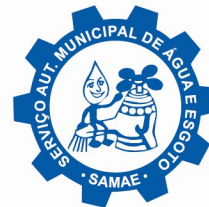
I. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.6. O contrato estabelecerá as hipóteses, prazo e condições de pagamento, prestação das garantias, obrigações das partes contratantes, dentre outras obrigações.

18.7. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

18.8. O prazo de vigência da contratação consta no Termo de Referência (Anexo II)



18.8.1. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.9. As Condições de Execução, a Forma de Pagamento, as Obrigações das Partes e demais condições da contratação estão previstas no Termo de Referência (ANEXO II) e na Minuta do Contrato (ANEXO III).

19. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

19.1. A revisão e a atualização dos preços dependem de autorização da autoridade competente.

19.2. Será admitido o reajuste ou repactuação do contrato, mediante a aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro que venha a substituí-lo, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

19.2.1. A concessão do reajuste será formalizada por despacho da autoridade competente e registrada no contrato por apostilamento.

19.3. A empresa deverá fazer uma disputa equilibrada, considerando a manutenção do

valor proposto pelo prazo de vigência do contrato, pois a oscilação de mercado não é fato suficiente a ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.

19.3.1 A ausência de qualquer um dos documentos enumerados no item acima implicará no indeferimento preliminar do pedido;

19.4. As autorizações de fornecimento encaminhadas ao fornecedor antes do pedido de revisão deverão ser entregues pelo preço vigente no processo sob pena de responsabilização por descumprimento contratual, sendo que eventual concessão de revisão será válida a partir da data do deferimento.

19.5. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser



formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de rescisão contratual, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à Contratada, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previstos no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I. advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II. multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

1º) **1% (um por cento)** do valor do contrato ou solicitação de fornecimento por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

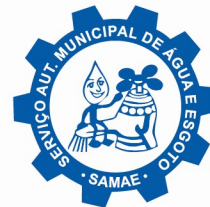
2º) **15% (quinze por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

3º) **20% (vinte por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

4º) **30% (trinta por cento)** do valor total da proposta, no caso de:



- a. dar causa à inexecução total do contrato;
- b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

III. impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

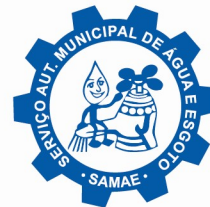
IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.

20.3. As sanções de advertência e inidoneidade não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas e/ou com a Cláusula Penal no caso de rescisão.

20.4. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

20.5. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.



20.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.7. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.8. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.9. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

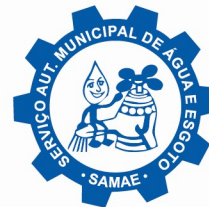
20.10. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC) e encaminhado ao Controle Interno do Município de Campos Novos - SC para adoção das providências cabíveis.

21. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

21.1. O gestor e o fiscal do contrato serão designados pela autoridade competente, para representar a Administração durante a execução contratual.

21.2. As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas no Decreto Municipal nº 9.386/2023.

21.3. Com vistas à otimização dos quadros de pessoal, quando não exigível pela complexidade do objeto, será dispensável a designação de gestor do contrato, hipótese em que o fiscal do contrato acumulará a função de fiscalização e



acompanhamento do contrato.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Interessados poderão adquirir cópia do Edital via download do arquivo através do Portal Eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> e do site oficial do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Campos Novos - SC <https://samaecn.com.br>, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

22.2. Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação poderão ser solicitadas no Departamento de Compras, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone nº (49)3541-0844 ou por e-mail, compras@samaecn.com.br.

22.3. A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.

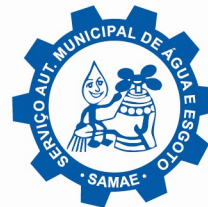
22.4. Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas

pertinentes às Licitações e Contratos, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021.

22.5. É facultada ao Pregoeiro, ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o



ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentada.

22.8. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.9. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.10. Ficam vinculados a este edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência.

22.11. Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da lei de licitações, as disposições contidas no código de defesa do consumidor – lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne à garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

22.12. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital;

22.13. O contratado deverá permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa.

22.14. Durante a vigência do contrato ou ata de registro de preços, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

22.15. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, ou seja, foro da Comarca de Campos Novos/SC.

22.16. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:



ANEXO I - Descrição dos itens, estimativa de consumo e preço máximo;
ANEXO II - Termo de Referência
ANEXO III - Minuta do Contrato
ANEXO IV – Proposta de Preços;
ANEXO V – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
ANEXO VI – Procuração;
ANEXO VII – Modelo de Declaração de Enquadramento Lei Complementar nº 123/2006;
ANEXO VIII – Modelo Declaração Conjunta

Campos Novos/SC, 16 de Agosto de 2026.

Alexandre José Biolchi
Diretor do SAMAE



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026
ANEXO I
DESCRIÇÃO DOS ITENS/LOTES,
CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS E PREÇO MÁXIMO

A relação dos itens/lotes que compõem a contratação, respectivas quantidades, valores máximos admitidos e características técnicas mínimas exigidas consta deste ANEXO I, o qual constitui parte integrante do Edital para todos os fins.

Os itens ofertados deverão atender integralmente às especificações e características mínimas constantes deste Anexo, bem como às demais condições estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO II.

Eventuais características adicionais ou superiores às especificações mínimas poderão ser aceitas, desde que não prejudiquem a compatibilidade, a funcionalidade, a segurança, o desempenho e as demais condições exigidas, nem impliquem custo adicional para o SAMAE.

Critério de julgamento: Menor Preço Global, por lote.

LOTE ÚNICO			
Item	Descrição	Quantidade	Valor máximo
01	Envasadora Automática Rotativa para Copos de 200 ml	01 unidade	R\$ 209.404,33
02	Mesa Acumuladora Rotativa em Aço Inoxidável, compatível com a envasadora	01 unidade	R\$ 17.995,67
VALOR GLOBAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO			R\$ 227.400,00

Observação: A Envasadora Automática Rotativa para Copos e a Mesa Acumuladora Rotativa em Aço Inoxidável constituem conjunto único e integrado para fins de julgamento e contratação, devendo os equipamentos ser plenamente compatíveis entre si.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS



Característica	Especificação mínima exigida
Equipamento	Envasadora Automática Rotativa para Água em Copos, acompanhada de Mesa Acumuladora Rotativa
Condição	Nova, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento
Aplicação	Envase de água potável/tratada
Recipiente	Copos plásticos descartáveis de 200 ml
Funcionamento	Automático
Sistema	Rotativo, com sistema automático de deslocamento dos copos durante o processo
Sistema de envase	Automático, não sendo obrigatório sistema de envase duplo
Produtividade	Mínimo de 500 copos de 200 ml por hora
Alimentação/posicionamento dos copos	Automático
Dosagem	Sistema de dosagem automática, precisa e regular, adequada ao envase de 200 ml
Selo	Selo/lacre de alumínio, apropriado para contato com alimentos e água potável
Alimentação/posicionamento do selo	Automático
Selagem	Selagem térmica automática e segura do selo de alumínio
Identificação no selo	Sistema integrado de impressão/marcação automática diretamente no selo de alumínio, capaz de registrar, no mínimo, data de fabricação, data de validade e QR Code.
Configuração das informações	Deverá permitir ao operador a configuração e alteração da data de fabricação, data de validade e QR Code. O QR Code deverá permitir direcionamento para endereço eletrônico definido pelo SAMAE, destinado à disponibilização da análise/laudo de qualidade da água.
Saída dos copos	Automática, após o envase e a selagem
Esteira/saída	Esteira transportadora ou sistema equivalente para condução dos copos finalizados até a mesa acumuladora
Estrutura da envasadora	Aço inoxidável, adequado à indústria de alimentos e bebidas
Partes em contato com a água	Material próprio para contato com alimentos e água potável, resistente à corrosão, atóxico e de fácil limpeza e higienização
Sistema de automação	CLP ou tecnologia equivalente, adequado ao controle automático das etapas do processo



Característica	Especificação mínima exigida
Painel de controle	Painel digital/IHM touchscreen ou tecnologia equivalente, para operação, parametrização e regulagem do equipamento
Sensores	Sensores de presença e demais dispositivos necessários ao funcionamento automático, preciso e seguro do equipamento
Alimentação elétrica	Compatível com a infraestrutura do SAMAE, preferencialmente 220 V
Moldes/guias	Todos os moldes, suportes, guias e dispositivos necessários à operação com copos de 200 ml deverão estar inclusos
Normas sanitárias e técnicas	Equipamento e materiais deverão atender às normas sanitárias, técnicas, de segurança e demais legislações aplicáveis ao equipamento e ao envase de água para consumo humano
Mesa acumuladora	Mesa Acumuladora Rotativa em Aço Inoxidável
Finalidade da mesa	Recebimento, acúmulo, organização e disponibilização dos copos após o processo de envase e selagem
Funcionamento da mesa	Rotativo, motorizado e com acionamento elétrico
Material da mesa	Aço inoxidável, adequado à utilização em indústria de alimentos e bebidas
Capacidade da mesa	Compatível com a produtividade da envasadora, de no mínimo 500 copos/hora
Regulagem de altura	Obrigatória, permitindo ajuste e alinhamento com a saída da envasadora
Compatibilidade	Diâmetro, altura, velocidade, acionamento e demais características compatíveis com a envasadora fornecida
Proteção dos copos	Guias ou dispositivos adequados para evitar queda ou deslocamento indevido dos copos
Instalação	Inclusa no fornecimento
Montagem e regulagem	Inclusas
Integração	Integração completa entre envasadora, sistema/esteira de saída e mesa acumuladora
Startup	Incluso, compreendendo colocação do conjunto em funcionamento, parametrização e regulagens iniciais
Testes	Testes de funcionamento inclusos, com demonstração do conjunto em plena operação
Teste de produtividade	Deverá ser demonstrado o atendimento à produtividade mínima de 500 copos de 200 ml por hora



Característica	Especificação mínima exigida
Treinamento	Treinamento presencial dos servidores/operadores indicados pelo SAMAE
Conteúdo do treinamento	Operação, parametrização, regulagem, envase, selagem, configuração da data de fabricação, data de validade e QR Code, limpeza, higienização, manutenção preventiva básica e segurança.
Manual	Manual de operação e informações técnicas em língua portuguesa, impresso e/ou digital
Documentação técnica	Catálogo, ficha técnica, manual ou documento oficial do fabricante que permita comprovar as características do equipamento ofertado
Garantia da envasadora	Mínimo de 12 meses
Garantia da mesa	Mínimo de 12 meses
Assistência técnica	Assistência técnica autorizada no Brasil, durante o período de garantia
Frete	Incluso até Campos Novos/SC
Carga e descarga	Inclusas no preço
Acessórios	Todos os componentes, conexões, dispositivos e acessórios indispensáveis ao pleno funcionamento deverão estar incluídos
Custos incluídos	O preço deverá contemplar envasadora + mesa + acessórios + frete + carga/descarga + montagem + instalação + regulagem + startup + testes + treinamento + garantia, além dos tributos, seguros, encargos e demais despesas necessárias à perfeita execução do fornecimento
Processo automático mínimo	Alimentação/posicionamento do copo → dosagem/envase → posicionamento automático do selo de alumínio → impressão da data de fabricação, data de validade e QR Code → selagem térmica → saída automática → mesa acumuladora rotativa.
Recebimento provisório	Na entrega, mediante conferência da quantidade, integridade física e correspondência dos equipamentos com o objeto contratado
Recebimento definitivo	Após instalação, startup, treinamento e testes de funcionamento, mediante comprovação do atendimento integral às especificações técnicas
Teste para aceite definitivo	Deverá ser realizado teste prático com copos de 200 ml, comprovando o funcionamento automático, envase, aplicação do selo de alumínio, impressão legível da data



Característica	Especificação mínima exigida
	de fabricação, data de validade e QR Code, leitura e correto direcionamento do QR Code para o endereço eletrônico definido pelo SAMAE, selagem térmica, saída automática dos copos, funcionamento da mesa acumuladora e produtividade mínima de 500 copos/h.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ENVASADORA AUTOMÁTICA ROTATIVA PARA COPOS, NOVA, DE PRIMEIRO USO, DESTINADA AO ENVASE DE ÁGUA POTÁVEL EM COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS DE 200 ML, ACOMPANHADA DE 01 (UMA) MESA ACUMULADORA ROTATIVA EM AÇO INOXIDÁVEL, FORMANDO CONJUNTO COMPLETO, INTEGRADO E COMPATÍVEL PARA OPERAÇÃO, INCLUINDO TODOS OS COMPONENTES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, FRETE ATÉ CAMPOS NOVOS/SC, CARGA E DESCARGA, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, REGULAGEM, STARTUP, TESTES DE FUNCIONAMENTO E PRODUTIVIDADE, TREINAMENTO PRESENCIAL, MANUAL E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EM LÍNGUA PORTUGUESA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE A GARANTIA, conforme especificações contidas no Termo de Referência (ANEXO II).

1.2. Especificação dos produtos

LOTE ÚNICO				
Item	Descrição	Qtd	Valor unitário estimado	Valor total estimado
01	Envasadora automática rotativa para copos de 200 ml. Equipamento novo, de primeiro uso, para envase de água potável/tratada em copos plásticos descartáveis de 200 ml, com funcionamento automático e sistema rotativo, com deslocamento automático dos copos durante	01	R\$ 209.404,33	R\$ 209.404,33



	o processo, não sendo obrigatório sistema de envase duplo. Produtividade mínima de 500 (quinhentos) copos de 200 ml por hora, com alimentação e posicionamento automático dos copos e sistema de dosagem automática, precisa e regular. Deve contar com alimentação e posicionamento automático de selo/lacre de alumínio apropriado para contato com alimentos e água potável, com selagem térmica automática e segura, além de sistema integrado de impressão/marcação automática no selo de alumínio, capaz de registrar, no mínimo, data de fabricação, data de validade e qr code, sendo que o qr code deverá permitir direcionamento para endereço eletrônico definido pelo samae, destinado à disponibilização da análise/laudo de qualidade da água, devendo as informações variáveis ser configuráveis pelo operador. A saída automática dos copos após envase e selagem deverá ocorrer por esteira transportadora ou sistema equivalente, com condução até a mesa acumuladora. Estrutura em aço inoxidável, adequada à indústria de alimentos e bebidas, com partes em contato com a água em material atóxico, resistente à corrosão, de fácil limpeza e próprio para contato com alimentos e água potável. Sistema de			
--	---	--	--	--



	automação comandado por clp ou tecnologia equivalente, painel digital/ihm touchscreen ou tecnologia equivalente, sensores de presença e demais dispositivos necessários ao funcionamento automático, preciso e seguro. Alimentação elétrica compatível com a infraestrutura do samae, preferencialmente 220 v, devendo a contratada informar previamente os requisitos técnicos para instalação caso o equipamento necessite de ar comprimido ou outra infraestrutura complementar. Todos os moldes, suportes, guias, conexões, dispositivos e acessórios necessários à operação com copos de 200 ml deverão estar inclusos. O equipamento e os materiais deverão atender às normas sanitárias, técnicas, de segurança e demais regulamentações aplicáveis ao equipamento e ao processo de envase de água para consumo humano.			
02	Mesa acumuladora rotativa em aço inoxidável, integrada e compatível com a envasadora. Equipamento novo, de primeiro uso, destinado ao recebimento, acúmulo, organização e disponibilização dos copos após o envase e a selagem, com estrutura em aço inoxidável, adequada à utilização em indústria de alimentos e bebidas. Funcionamento rotativo e motorizado, com acionamento elétrico e	01	R\$ 17.995,67	R\$ 17.995,67



	capacidade compatível com a produtividade da envasadora, incluindo regulagem de altura que permita alinhamento adequado com a saída da envasadora. O diâmetro, a altura, a velocidade, o acionamento, as guias laterais e as demais características dimensionais e operacionais deverão ser compatíveis com a envasadora fornecida, de modo a evitar quedas ou deslocamentos indevidos dos copos e dispensar adaptações posteriores.			
			TOTAL	R\$ 227.400,00

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 9.382/2023.

1.4. O objeto é classificado como bem comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. A adjudicação será global, considerando que a envasadora e a mesa acumuladora deverão formar conjunto integrado e plenamente compatível, evitando adaptações posteriores e assegurando responsabilidade única pela instalação, startup, testes, treinamento e garantia do conjunto.

1.6. Características mínimas da Envasadora Automática Rotativa para Copos

1.6.1. Equipamento novo, de primeiro uso, destinado ao envase de água potável/tratada em copos plásticos descartáveis de 200 ml.



1.6.2. Funcionamento automático e sistema rotativo, com deslocamento automático dos copos durante o processo; não será obrigatório sistema de envase duplo.

1.6.3. Produtividade mínima de 500 (quinhentos) copos de 200 ml por hora.

1.6.4. Alimentação/posicionamento automático dos copos e sistema de dosagem automática, precisa e regular.

1.6.5. Alimentação e posicionamento automático de selo/lacre de alumínio apropriado para contato com alimentos e água potável, com selagem térmica automática e segura.

1.6.6. Sistema integrado de impressão/marcação automática no selo de alumínio, capaz de registrar, no mínimo, data de fabricação, data de validade e QR Code. O QR Code deverá permitir direcionamento para endereço eletrônico definido pelo SAMAE, destinado à disponibilização da análise/laudo de qualidade da água, devendo as informações variáveis ser configuráveis pelo operador.

1.6.7. Saída automática dos copos após envase e selagem, por esteira transportadora ou sistema equivalente, com condução até a mesa acumuladora.

1.6.8. Estrutura em aço inoxidável, adequada à indústria de alimentos e bebidas, e partes em contato com a água em material atóxico, resistente à corrosão, de fácil limpeza e próprio para contato com alimentos e água potável.

1.6.9. Sistema de automação comandado por CLP ou tecnologia equivalente, painel digital/IHM touchscreen ou tecnologia equivalente, sensores de presença e demais dispositivos necessários ao funcionamento automático, preciso e seguro.

1.6.10. Alimentação elétrica compatível com a infraestrutura do SAMAE, preferencialmente 220 V. Caso o equipamento necessite de ar comprimido ou outra infraestrutura complementar, a contratada deverá informar previamente os requisitos técnicos para instalação.

1.6.11. Todos os moldes, suportes, guias, conexões, dispositivos e acessórios necessários à operação com copos de 200 ml deverão estar inclusos.



1.6.12. O equipamento e os materiais deverão atender às normas sanitárias, técnicas, de segurança e demais regulamentações aplicáveis ao equipamento e ao processo de envase de água para consumo humano.

1.7. Características mínimas da Mesa Acumuladora Rotativa em Aço Inoxidável

1.7.1. Equipamento novo, de primeiro uso, destinado ao recebimento, acúmulo, organização e disponibilização dos copos após o envase e a selagem.

1.7.2. Estrutura em aço inoxidável, adequada à utilização em indústria de alimentos e bebidas.

1.7.3. Funcionamento rotativo e motorizado, com acionamento elétrico e capacidade compatível com a produtividade da envasadora.

1.7.4. Regulagem de altura, permitindo alinhamento adequado com a saída da envasadora.

1.7.5. Diâmetro, altura, velocidade, acionamento, guias laterais e demais características dimensionais e operacionais compatíveis com a envasadora fornecida, de modo a evitar quedas ou deslocamentos indevidos dos copos e dispensar adaptações posteriores.

1.8. Condições complementares do fornecimento

1.8.1. O preço ofertado deverá incluir envasadora, mesa acumuladora, acessórios, frete até Campos Novos/SC, carga e descarga, montagem, instalação, regulagem, integração, startup, testes, treinamento, deslocamento de técnicos, manual, documentação técnica, garantia, assistência técnica, tributos, seguros, encargos e todas as demais despesas necessárias à perfeita entrega e funcionamento do conjunto.

1.8.2. Treinamento presencial dos operadores indicados pelo SAMAE, abrangendo operação, parametrização, regulagem, envase, selagem, configuração das informações impressas no selo, limpeza, higienização, manutenção preventiva básica e segurança.

1.8.3. Manual de operação e informações técnicas em língua portuguesa, impresso e/ou



digital, acompanhado de catálogo, ficha técnica ou documento oficial do fabricante que permita comprovar as características do equipamento ofertado.

1.8.4. Garantia mínima de 12 (doze) meses para a envasadora e para a mesa acumuladora, contados do recebimento definitivo do objeto, com assistência técnica autorizada no Brasil durante todo o período de garantia.

1.9. Do prazo de vigência

1.9.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, sem prejuízo do prazo de garantia dos equipamentos, admitidas alterações e prorrogações nas hipóteses legalmente cabíveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar. O SAMAE dispõe atualmente de equipamento antigo para envase de água em copos, cujo processo demanda significativa intervenção manual. Embora o envase de água não constitua atividade-fim da Autarquia e não tenha finalidade comercial, a água envasada é disponibilizada gratuitamente para atendimento de eventos promovidos pelo Município de Campos Novos e de ações e atividades de caráter comunitário, institucional, social, educativo, esportivo, cultural ou similar, sem fins lucrativos.

2.2. A modernização do processo busca melhorar as condições operacionais, sanitárias e de segurança, aumentar a padronização e a produtividade e reduzir a manipulação direta dos copos. No levantamento de mercado foram avaliadas soluções de baixa, média e alta capacidade, concluindo-se que a solução automática de capacidade média, com produtividade mínima de 500 copos/h, atende adequadamente à necessidade sem o superdimensionamento de uma linha industrial.

2.3. A Mesa Acumuladora Rotativa em Aço Inoxidável integra a solução por ser necessária ao recebimento e à organização dos copos após o envase. Sua aquisição conjunta assegura compatibilidade dimensional e operacional com a envasadora, favorece higiene e durabilidade e evita adaptações posteriores.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução consiste no fornecimento de conjunto integrado composto por 01 (uma) Envasadora Automática Rotativa para Copos de 200 ml e 01 (uma) Mesa Acumuladora Rotativa em Aço Inoxidável, incluindo instalação, integração, startup, testes, treinamento, garantia e assistência técnica.

3.2. O processo automático mínimo deverá contemplar: alimentação/posicionamento do copo, dosagem/envase, posicionamento automático do selo de alumínio, impressão de data de fabricação, data de validade e QR Code, selagem térmica, saída automática e condução até a mesa acumuladora rotativa.

3.3. Prazo para entrega do objeto: até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

3.4. Endereço de entrega: Rua Caetano Carlos, nº 466, Centro, Campos Novos/SC, CEP 89620-000, ou outro local indicado formalmente pelo SAMAE dentro do Município.

3.5. Entrega: total, com entrega conjunta dos equipamentos para instalação, integração, startup e testes.

3.6. Garantia: mínimo de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.

3.7. A responsabilidade e todos os custos decorrentes do acionamento da garantia correrão por conta da contratada, ressalvadas hipóteses comprovadas de uso inadequado pelo SAMAE.

3.8. Não será admitida subcontratação do fornecimento principal dos equipamentos. Serviços acessórios de transporte ou assistência técnica poderão ser executados por terceiros sob responsabilidade integral da contratada, quando cabível.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os interessados deverão comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto e apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital e na legislação



aplicável.

4.2. A comprovação das características técnicas do equipamento ofertado deverá ocorrer por catálogo, ficha técnica, manual ou documento oficial do fabricante, em língua portuguesa ou acompanhado de tradução, quando necessário.

4.3. O equipamento deverá ser entregue novo e sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de todos os componentes, acessórios e documentação previstos neste Termo de Referência.

4.4. A contratada deverá informar previamente eventuais requisitos de infraestrutura necessários à instalação, inclusive ponto elétrico, ar comprimido, conexões ou outros elementos indispensáveis ao funcionamento.

4.5 JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO: A vedação à participação de empresas em consórcio neste pregão eletrônico justifica-se com fulcro no art. 15, §2º, da Lei nº 14.133/2021, que admite a restrição quando demonstrada a inviabilidade técnica ou a perda de eficiência da contratação. O objeto — aquisição de envasadora automática rotativa acompanhada de mesa acumuladora, formando conjunto completo, integrado e compatível, com instalação, startup, treinamento, garantia de 12 meses e assistência técnica — constitui equipamento de alta complexidade tecnológica, cuja plena operação depende de perfeita integração entre seus componentes, o que exige responsabilidade técnica única e exclusiva de um único fornecedor. A admissão de consórcio poderia fragmentar obrigações, diluir responsabilidades e gerar conflitos de interesses entre consorciadas quanto à garantia, compatibilidade técnica, controle de qualidade e assistência pós-venda, comprometendo a uniformidade do suporte e a plena execução do objeto conforme o Termo de Referência. Ademais, a indivisibilidade do lote único impõe que toda a responsabilidade contratual — fabricação, montagem, instalação, garantia e manutenção — recaia sobre um único contratado, assegurando rastreabilidade, padronização e eficiência operacional, em conformidade com os princípios da eficiência, do interesse público e da obtenção do melhor resultado, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021. Portanto, a restrição



ao consórcio é medida proporcional, técnica e motivada, indispensável à garantia do fiel cumprimento das especificações e à proteção do interesse público.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. Cumprir integralmente as obrigações constantes do edital, Estudo Técnico Preliminar, deste Termo de Referência, contrato e proposta apresentada.

5.1.2. Entregar os equipamentos no prazo e local definidos, responsabilizando-se por frete, carga, descarga e integridade dos bens até o recebimento.

5.1.3. Realizar montagem, instalação, integração, regulagem, parametrização, startup e testes do conjunto, deixando-o em pleno funcionamento.

5.1.4. Realizar treinamento presencial dos operadores indicados pelo SAMAE.

5.1.5. Fornecer manuais, documentação técnica e orientações de operação, limpeza, higienização e manutenção preventiva.

5.1.6. Manter, durante a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5.1.7. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, equipamentos, componentes ou acessórios que apresentem vícios, defeitos ou desconformidade.

5.1.8. Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto, bem como por encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, securitários e demais custos incidentes.

5.1.9. Prestar assistência técnica durante o período de garantia, nos termos da proposta e deste Termo de Referência.

5.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:



- 5.2.1. Designar gestor e fiscal para acompanhamento da execução contratual.
- 5.2.2. Disponibilizar local e infraestrutura previamente informada como necessária à instalação do conjunto.
- 5.2.3. Receber e verificar os equipamentos, acompanhando instalação, startup, treinamento e testes.
- 5.2.4. Comunicar formalmente à contratada falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas.
- 5.2.5. Efetuar o pagamento após o cumprimento das condições de recebimento e aceite previstas neste Termo de Referência.
- 5.2.6. Fornecer à contratada o endereço eletrônico/URL a ser utilizado no QR Code destinado à disponibilização da análise/laudo de qualidade da água.

5.3. Do recebimento e aceite

- 5.3.1. O recebimento provisório ocorrerá na entrega, mediante conferência da quantidade, integridade física, identificação dos equipamentos e documentação apresentada.
- 5.3.2. O recebimento definitivo ocorrerá após montagem, instalação, integração, startup, treinamento e realização de teste prático de funcionamento com copos de 200 ml.
- 5.3.3. Caso sejam constatadas desconformidades, defeitos, incompletudes ou falhas, a contratada deverá promover a correção ou substituição, às suas expensas, no prazo definido pela fiscalização, compatível com a natureza da ocorrência, ficando suspenso o aceite definitivo até a regularização.
- 5.3.4. Os testes e demais provas necessários à comprovação do atendimento das especificações correrão por conta da contratada.
- 5.3.5 O recebimento definitivo ficará condicionado à conclusão da montagem, instalação, regulagem, startup, treinamento e à aprovação nos testes de funcionamento e produtividade previstos no Termo de Referência.



5.3.6 Para o recebimento definitivo, será realizado teste prático com copos plásticos de 200 ml, destinado a comprovar o atendimento às características mínimas exigidas.

5.3.7 O teste de aceite deverá comprovar, entre outros requisitos previstos no ANEXO I e no Termo de Referência:

- a) funcionamento automático da envasadora;
- b) alimentação e/ou posicionamento adequado dos copos;
- c) envase
- d) dosagem e envase de água potável em copos de 200 ml;
- e) posicionamento automático do selo de alumínio;
- f) impressão ou marcação legível no selo da data de fabricação, data de validade e QR Code;
- g) leitura adequada do QR Code e seu correto direcionamento para o endereço eletrônico definido pelo SAMAE, destinado à disponibilização da análise/laudo de qualidade da água;
- h) selagem térmica adequada dos copos;
- i) saída automática dos copos;
- j) funcionamento integrado da Mesa Acumuladora Rotativa em Aço Inoxidável;
- k) produtividade mínima de 500 (quinhentos) copos por hora.

5.3.8 A realização do teste de aceite não limita a verificação das demais características técnicas, que deverão ser integralmente atendidas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização da contratação serão realizadas conforme o Decreto



Municipal nº 9.386/2023 e a Lei Federal nº 14.133/2021, por servidores formalmente designados.

6.2. As comunicações relacionadas à execução serão realizadas pelo fiscal ou gestor do contrato ao preposto indicado pela contratada, preferencialmente por meio que permita comprovação.

6.3. A fiscalização registrará ocorrências, verificará o atendimento das especificações, acompanhará instalação, startup, treinamento, testes e garantia, sem excluir a responsabilidade da contratada pela perfeita execução.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Por se tratar de aquisição de bens com entrega integral, a medição corresponderá ao conjunto efetivamente entregue, instalado, testado e aceito definitivamente.

7.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e o recebimento definitivo do objeto, observadas as rotinas administrativas e tributárias do SAMAE.

7.3. Caso o objeto seja recusado ou dependa de correção, o prazo de pagamento será contado após a regularização e o respectivo aceite definitivo.

7.4. A conta bancária indicada para pagamento deverá estar em nome da contratada.

7.5. Nenhum pagamento implicará aceitação de objeto em desacordo com as especificações ou afastará as responsabilidades decorrentes da garantia.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, observada a Lei Federal nº 14.133/2021 e a regulamentação aplicável.

8.2. Será declarado vencedor o licitante que apresentar o menor preço global e atender integralmente aos requisitos de habilitação e às especificações técnicas do conjunto.



8.3. A proposta deverá identificar marca e modelo dos equipamentos ofertados e ser acompanhada da documentação técnica necessária à verificação do atendimento às especificações mínimas.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 227.400,00 (duzentos e vinte e sete mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 209.404,33 para a envasadora e R\$ 17.995,67 para a mesa acumuladora.

9.2. A estimativa foi obtida mediante pesquisa de preços com contratações similares realizadas por outros entes públicos em 2026, conforme Termo Consolidado de Pesquisa de Preços e documentos anexos ao processo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria do SAMAE, destinada à aquisição de equipamentos e material permanente, conforme classificação orçamentária abaixo:

Entidade: SAMAE Campos Novos

39.000 – SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

39.002 – Departamento de Recursos Hídricos - 17 – Saneamento

1.036 – Reequipamento das Estruturas de Captação, Reservação e Distribuição de Água nas Áreas Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - Despesa: 9

10.2. A disponibilidade e a adequação orçamentária serão confirmadas pelo setor contábil/orçamentário competente antes da formalização da contratação, devendo a classificação orçamentária correspondente constar do processo administrativo e da respectiva Nota de Empenho.

Campos Novos/SC, 16 de agosto de 2026.



ADRIANE PAVAN NORA

Responsável pela elaboração



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO, que entre si celebram o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Campos Novos - SC), denominado Contratante e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, denominada Contratada, para fornecimento e em conformidade com o Processo Licitatório nº XXXX, Pregão Eletrônico nº XXXXX

Pelo presente instrumento, o **Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Campos Novos - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º **83.158.105/0001-09**, com sede na ____, na Cidade de ____, Estado ____ neste ato representado pelo Diretor _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF/MF sob nº ____,

doravante denominada **CONTRATANTE**, e o _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede à Rua _____, nº _____, Bairro ____, município de _____, CEP _____, neste ato representada pelo _____, Senhor _____, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 28, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e no Processo Licitatório nº __/20__, Pregão eletrônico nº __:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO CONTRATUAL

- 1.1. AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ENVASADORA AUTOMÁTICA ROTATIVA PARA COPOS, NOVA, DE PRIMEIRO USO, DESTINADA AO ENVASE DE ÁGUA POTÁVEL EM COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS DE 200 ML,**



ACOMPANHADA DE 01 (UMA) MESA ACUMULADORA ROTATIVA EM AÇO INOXIDÁVEL, FORMANDO CONJUNTO COMPLETO, INTEGRADO E COMPATÍVEL PARA OPERAÇÃO, INCLUINDO TODOS OS COMPONENTES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, FRETE ATÉ CAMPOS NOVOS/SC, CARGA E DESCARGA, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, REGULAGEM, STARTUP, TESTES DE FUNCIONAMENTO E PRODUTIVIDADE, TREINAMENTO PRESENCIAL, MANUAL E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EM LÍNGUA PORTUGUESA, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE A GARANTIA, conforme especificações contidas no Termo de Referência (ANEXO II).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 O prazo para entrega/execução será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de assinatura da ordem de serviço, que deverá ser emitida juntamente com a assinatura do contrato. O Prazo para início do fornecimento será imediato, após a assinatura da ordem de serviço. A entrega dos produtos ou a prestação dos serviços deverá ser realizada no endereço indicado pela área requisitante no envio da solicitação de fornecimento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor total da contratação será de R\$ _____ (_____).

3.2 O valor da contratação foi obtido através da elaboração de orçamentos junto ao mercado.

4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta dias), contados da entrega do objeto ou da prestação de serviço, mediante apresentação da nota fiscal;

4.2. Caso o objeto seja recusado por estar em desacordo com as especificações, o prazo para pagamento será contado a partir da data de substituição ou



- adequação do bem e/ou serviço;
- 4.3. A conta corrente deverá estar em nome da CONTRATADA.
- 4.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual ou em razão de inadimplência referente a execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou a correção monetária;
- 4.5. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 4.6. Em caso de atraso no pagamento por parte da Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Campos Novos - SC, o valor do montante será atualizado financeiramente, e acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor–INPC (IBGE), desde a data do seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, e será pago por meio de crédito em conta corrente, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

- 5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.
- 5.2. O reajuste poderá ser utilizado na presente contratação, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses do orçamento estimado, caso necessário, mediante a aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro que venha a substituí-lo.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de acordo com a dotação orçamentária:

Entidade: SAMAE Campos Novos
39.000 – SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
39.002 – Departamento de Recursos Hídricos - 17 – Saneamento
1.036 – Reequipamento das Estruturas de Captação, Reservação e Distribuição de Água nas Áreas Urbanas
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas - Despesa: 9

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES



7.1. Constituem Obrigações da CONTRATADA:

7.1.2. A contratação com os fornecedores registrados deverá ser formalizada no prazo de vigência da ata de registro de preços por meio de Nota de Empenho ou celebração de Contrato Administrativo;

7.1.3. A contratação do item ou serviço, com fornecimento ou execução parcelada, será efetuada conforme a necessidade do órgão requisitante, não sendo gerado, pela existência de preços registrados, a obrigação de contratar;

7.1.4. A contagem do prazo de entrega terá início a partir da notificação do fornecedor acerca da emissão do empenho da Solicitação de Fornecimento ou da assinatura do contrato.

7.2. Constituem obrigações da CONTRATADA/DETENTORA DA ATA:

7.2.1. Obrigações Gerais:

- a. Após a convocação, realizar a assinatura da ata no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções previstas;
- b. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- c. Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avançadas;
- d. Entregar o (s) objeto (s) de acordo com as especificações exigidas no Edital, na forma, nos locais e dentro do prazo determinado;
- e. Manter, durante toda execução da Ata/Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, que incidem na execução do objeto;
- g. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto que vier a ser recusado em razão de vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais e produtos nela empregados;
- h. Indicar, por escrito, o nome, o telefone e o e-mail do preposto que será responsável por realizar e receber as comunicações do fiscal e/ou gestor do contrato;
- i. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;
- j. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento,



resultantes do fornecimento do objeto;

k. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

l. Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho para a efetiva liberação dos materiais e produtos solicitados;

7.3. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a. Designar servidor para exercer a função de fiscalização e acompanhamento da execução da ata de registro de preços e/ou contrato;

b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

c. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

d. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital;

f. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho e comunicar à detentora da ata/contratada para que efetue a entrega do bem ou prestação do serviço.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 9.386/2023, que “Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação de agentes públicos no desempenho de atividades de agente de contratação, membro de comissão de contratação, equipe de apoio, gestor e fiscal do contrato no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional”.

8.2. Os representantes da administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei n. 14.133/21.



8.3. As decisões que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 117, § 2º, da Lei n. 14.133/21.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de rescisão contratual, o SAMAE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à Contratada, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previstos no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I. advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II. multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

1º) **1% (um por cento)** do valor do contrato ou solicitação de fornecimento por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

2º) **15% (quinze por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

3º) **20% (vinte por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

4º) **30 (trinta por cento)** do valor total da proposta, no caso de:



- a. dar causa à inexecução total do contrato;
- b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

III. impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 9.2. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.
- 9.3. As sanções de advertência e inidoneidade não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas e/ou com a Cláusula Penal no caso de rescisão.
- 9.4. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;
- 9.5. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará



o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.8. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.9. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.10. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC) e encaminhado ao Controle Interno do Município para adoção das providências cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

10.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso, de reforma de edifício, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

10.3. Os valores deste contrato poderão ser revisados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, devendo nesse caso a CONTRATADA protocolizar o pedido de reequilíbrio nos termos do edital.

a. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa.

10.4. A extinção do contrato poderá ser:

a. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no



caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, desde que haja interesse da Administração;

10.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

10.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

10.7. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.8. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONCOVATÓRIO

11.1 A presente contratação vincula-se ao Processo nº __/2026, Pregão Eletrônico __/2026.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO.

12.1. O prazo para execução se dará imediatamente, a partir da data de assinatura do contrato.

12.2 A vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de

2021, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 14.133/21 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

13.3. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, a



proposta da CONTRATADA e o Edital com seus anexos, cujo teor é de conhecimento das partes Contratantes.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Campos Novos/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

14.2. E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Campos Novos – SC, ____de ____de 2026.

CONTRATANTE:

DIRETOR SAMAE

CONTRATADA:

Razão Social da Contratada -
CNPJ Nome do responsável –
CPF

Testemunhas: 1ª _____ 2ª _____



ANEXO IV
PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____
Nome Fantasia _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____
Estado: _____ CEP: _____
Fone: _____
E-mail: _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

LOTE	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	Preço Unitário	Preço total
01	xxxxxxxxxxxx	xx	xxx	xxxx	xxxxxx	xxxxxx

Prazo de validade da proposta: 60 dias

Prazo de entrega: _____

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Assinatura do Representante da legal da empresa
(Carimbo da empresa – com CNPJ)



ANEXO V

DADOS BANCÁRIOS E DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL):
CIDADE:
Nº. DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº. :
CPF/MF Nº.:



ANEXO VI

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação

<MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <Dia> de <Mês> de 2026.

<nome completo do representante
legal e qualificação na empresa>

OBS: *Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.*



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR

Nº 123/06

(Obrigatória para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte)

A empresa [nome/Razão social], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], localizada [rua, cidade, Estado], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como [Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte], nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades deste ser:

() MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo

§ 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Declaro ainda que, no ano-calendário de realização da licitação, a empresa não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Local e Data:

Nome e Assinatura do Representante Legal

Observações

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do Direito de tratamento diferenciado.



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06

(Obrigatória para MEI – Microempreendedores Individuais)

A empresa [nome/Razão social], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], localizada [rua, cidade, Estado], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempreendedor Individual, nos termos do art. 18-A, § 1º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas pela referida lei, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades disto, ser:
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – Empresário individual que se enquadra na definição do art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante Legal

Observações: Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como MEI, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006. A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como MEI, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.